



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000412096

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1008003-43.2024.8.26.0047, da Comarca de Assis, em que é apelante CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, é apelado ALESSANDRO VIEIRA LIMA - ME.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROGÉRIO MURILLO PEREIRA CIMINO (Presidente sem voto), ALFREDO ATTÍE E DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

DARIO GAYOSO

Relator

Assinatura Eletrônica

Voto: 8890

Apelação 1008003-43.2024.8.26.0047

Apelante: Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP

Apelado: Alessandro Vieira Lima - ME

Origem: 3ª Vara Cível de Assis

MM. Juiz: Andre Luiz Damasceno Castro Leite

APELAÇÃO. Prestação de serviços. Fornecimento de água e coleta de esgoto. Ação declaratória de inexigibilidade de débito.

Respeitável sentença de procedência.

Recurso da requerida "Sabesp". Pretende seja reconhecida a nulidade da sentença por cerceamento de prova pericial. Subsidiariamente, reconhecer a legalidade da cobrança do "Fator K" (carga poluidora), com a rejeição das pretensões da empresa autora.

Cerceamento de defesa. Inocorrência. Desnecessidade de perícia judicial porque o estudo do tratamento do esgoto deveria ocorrer antes da instituição da tarifa e não no decorrer do processo judicial.

Cobrança de carga poluidora sem prévio estudo técnico apto a apurar eventuais cargas poluidoras da empresa autora, não autoriza a cobrança de tarifa de carga poluidora "Fator K".

RECURSO DESPROVIDO.

Vistos.

Trata-se de recurso interposto contra respeitável sentença que julgou procedente a ação, declarar a inexigibilidade das cobranças efetuadas pela requerida alusivas à tarifa de carga poluidora "Fator K", lançadas nas contas de consumo do autor, até que seja feita a análise prévia do impacto poluidor das unidades consumidoras e notificados os consumidores; condenar a requerida a restituir de forma simples os valores indevidamente pagos pelo autor a título de tarifa de carga poluidora "Fator K", a serem apurados em liquidação de sentença, observada a prescrição decenal, atualizados monetariamente a partir de cada pagamento indevido e acrescidos de juros moratórios, de 1% ao mês, a contar da citação (p. 113/120; 125/126).

Irresignada, apela "SABESP". Busca a nulidade da sentença alegando necessidade de prova pericial. No mérito, defende a legalidade e a regularidade da cobrança do "Fator K" tendo em vista que a atividade comercial desenvolvida pela empresa autora tem potencial maior de poluição, o que torna válida sua aplicação,

que encontra amparo no Comunicado 03/2019 da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (p. 129/147).

Contrarrazões pela manutenção do julgado (p. 154/163).

Recurso tempestivo, com recolhimento de preparo (p. 148/149).

É o relatório.

V O T O.

A arguição de nulidade da sentença, decorrente da não realização de prova pericial não prospera.

Isso porque para a cobrança de tarifa mais elevada, seria necessário que a perícia para constatação de eventual enquadramento fosse realizada em momento anterior ao início das cobranças. A realização da perícia em juízo, a esta altura, não teria como influir para aferir a legitimidade da cobrança.

Portanto, sem prévia análise da carga poluidora, a cobrança é indevida, de modo que caberia à requerida realizar previamente análise de efluentes para determinar qual a real carga poluidora do estabelecimento.

No mérito, o recurso não comporta provimento.

A tarifa “fator K”, é devida por aqueles que realizam lançamento excessivo de carga poluente na rede coletora pública, cujo valor a ser pago pelo serviço de água e coleta de esgoto é determinado pelo Decreto Estadual 41.446/1996, que estipula os critérios a serem utilizados na quantificação, dentre eles, a classificação do estabelecimento como “comercial” ou “industrial” de acordo com o estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A cobrança do “Fator K” tem por base a emissão de poluentes na rede pública de esgoto independentemente do tipo de estabelecimento comercial. Basta que o esgoto não seja doméstico.

A realização de cobrança em valor superior para os usuários poluidores tem previsão no artigo 4º, VII da Lei 6.938/1981, da Política Nacional do Meio Ambiente.

O Comunicado 03/2019 da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) que regula a cobrança da tarifa relativa à carga de poluentes despejadas na rede de esgoto, não autoriza, por si só, a cobrança, que depende da demonstração prévia de que o estabelecimento comercial se enquadra na hipótese prevista na norma.

Não há elementos que demonstrem que a empresa autora seja responsável pelo depósito de dejetos poluentes na rede pública, tampouco a concessionária demonstrou, ter realizado estudo prévio quanto ao esgoto despejado na rede pública e proveniente do imóvel da parte autora para proceder a cobrança dos valores.

Ademais, inviável atribuir à empresa autora consumidora o encargo de comprovar a carga poluidora, uma vez que tal mister é decorrente de sua própria atividade de fornecimento de água e tratamento de esgoto.

Desse modo, não se pode justificar a cobrança do “Fator K” com base em estimativa, sem prévia análise dos efluentes para determinar qual a real carga poluidora do estabelecimento.

Em casos semelhantes assim decidiu este Egrégio Tribunal:

Apelação Cível. Ação declaratória, cominatória e condenatória. Prestação de serviço de coleta de esgoto. Cobrança de tarifa de carga poluidora denominada "Fator K". Procedência do pedido. Inconformismo por parte da ré. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Nulidade do julgado que requer a identificação em concretude de prejuízo processual. Aplicação do adágio *pas de nullité sans grief*. Prejuízo não demonstrado. Prova pericial que se mostra irrelevante para o deslinde do feito. Possibilidade de o Magistrado indeferir diligências inúteis. Inteligência do art. 370, § único, do CPC. Prestação de serviço de coleta de esgoto. Ação procedente. Cobrança de tarifa de carga poluidora denominada "Fator K". Autora que exerce a atividade econômica de restaurante. Aplicação do fator adicional de poluição que demanda realização de estudo prévio, em observância ao Comunicado nº 03/2019 da SABESP. Incontroversa a ausência de estudo previamente à cobrança. Inexigibilidade dos valores cobrados. Pedidos que devem ser julgados procedentes. Sentença mantida. Recurso de apelação desprovido (Apelação Cível 1005816-62.2024.8.26.0047; Relator (a): Rômolo Russo; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro de Assis - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 28/01/2025; Data de Registro: 28/01/2025).

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE ÁGUA - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE – COBRANÇA DE VALORES A TÍTULO DE CARGA POLUIDORA (FATOR k) – PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA - AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO PRESERVADOS - AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL PRÉVIO PARA CONSTATAR O LANÇAMENTO DE POLUENTES NA REDE PÚBLICA DE ESGOTO PELA PARTE AUTORA – COBRANÇA INDEVIDA – DEVER DE RESTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS A MAIOR – SENTENÇA MANTIDA - APELAÇÃO NÃO PROVIDA (Apelação Cível 1003762-26.2024.8.26.0047; Relator (a): Luiz Eurico; Órgão Julgador: 33ª Câmara de Direito Privado; Foro de Assis - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 27/01/2025; Data de Registro: 27/01/2025).

APELAÇÃO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. REVISÃO DE TARIFA. INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. REPETIÇÃO DE PAGAMENTO. TARIFA POR CARGA POLUIDORA (FATOR K). Sentença que julgou procedentes os pedidos formulados pelo usuário, declarando a inexigibilidade dos valores cobrados a título de tarifa por carga poluidora e condenado a ré a ressarcir ao autor os valores indevidamente pagos, respeitado o prazo prescricional de 10 anos. Insurgência da ré. CERCEAMENTO DE DEFESA. Princípio do livre convencimento motivado.

Desnecessária a perícia técnica, uma vez que a apelante não comprovou a realização de estudos prévios que justifiquem a cobrança adicional. O laudo pericial, nessas circunstâncias, não tem o condão de convalidar valores indevidamente incluídos nas faturas do usuário. Precedentes. ILEGALIDADE DA COBRANÇA. A apelante, além de não comprovar que realizou o estudo prévio, também não comprovou que notificou o usuário antes do início das cobranças a título de "fator k". Violação ao disposto no Comunicado nº 03/19 da própria SABESP. Sentença mantida. SUCUMBÊNCIA. Majoração. RECURSO NÃO PROVIDO. (Apelação Cível 1000423-86.2024.8.26.0620; Relator (a): Rosangela Telles; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Taquarituba - Vara Única; Data do Julgamento: 20/01/2025; Data de Registro: 20/01/2025).

APELAÇÃO. Ação declaratória de inexigibilidade com pedido de restituição de indébito. Fornecimento de água e captação de esgoto. Acréscimo nas faturas a título de carga poluidora ("Fator K"). Sentença de procedência. Insurgência da parte ré. Não acolhimento. Cobrança de carga poluidora (fator K) em razão do Comunicado Sabesp 03/2019, sem prévio estudo técnico apto a apurar eventuais cargas poluidores. Estudo do tratamento do esgoto deveria ocorrer antes da instituição da tarifa. Precedente desta C. Câmara. Sentença mantida. Recurso desprovido. (Apelação Cível 1001254-46.2024.8.26.0326; Relator (a): Rogério Murillo Pereira Cimino; Órgão Julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Foro de Lucélia - 2ª Vara; Data do Julgamento: 29/11/2024; Data de Registro: 29/11/2024).

Nesse contexto, **pelo meu voto, NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO.**

Majoro os honorários sucumbenciais fixados em (10%) dez por cento, para doze por cento (12%), com base no artigo 85 § 11, do Código de Processo Civil.

Considera-se prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional discutida, evitando-se, com isso, oposição de embargos de declaração para este fim (Súmulas 211 do Superior Tribunal de Justiça e 282 do Supremo Tribunal Federal).

DARIO GAYOSO
Relator